

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Leniência levou 18 estatais a ampliar folha em 124%	2
Título: Sete Brasil aprova seu plano de recuperação judicial	3
Título: R\$ 126,9 bilhões.....	4
Título: Recurso do pré-sal pode ir para ampliação de gasoduto	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Lacuna na lama	5
Título: Ex-petista atua em comercial contra a corrupção da Petrobras	7
Título: Petróleo despenca, mas queda da gasolina não chega aos postos	8
Título: Mourão se diz ‘muito impressionado’ após reunião com cúpula da Petrobras	9
Título: Congresso já armou bomba fiscal de R\$ 259 bilhões para Bolsonaro	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Entre expectativas e realidade.....	12
Título: Broadcast de olho nas ações.....	14
Título: Porta de entrada	15
Título: Petrobras quer cortar PLR de quem ‘falhar’	16
Título: Desrespeito a frete terá multa de até R\$ 10,5 mil.....	17
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	18
Título: Postos não repassam queda da gasolina	18

VEÍCULO: O Globo**Data: 10/11/2018****Seção: Editorial****Autor:****Título: Leniência levou 18 estatais a ampliar folha em 124%**

É inaceitável sustentar empresas públicas que pagam bônus sobre prejuízos acumulados

Depois de privatizar quatro subsidiárias da Eletrobras, ainda resta ao governo federal um acervo de 138 empresas estatais ativas. Nos estados e municípios, existem outras 250. Se nas empresas federais os sistemas de controle interno eram quase inexistentes, como está demonstrado nos processos da Operação Lava-Jato, não é preciso esforço para imaginar como funciona a maioria das estaduais e municipais. Em junho, o Ministério do Planejamento contou 505 mil empregados nesse conjunto de 138 estatais federais. O censo não inclui, por óbvio, os chamados terceirizados. O quadro geral mostra que houve aumento constante nas contratações durante as administrações de Lula e Dilma Rousseff. O ex-presidente entregou o governo com um efetivo 14% maior nas estatais. Com Dilma, houve um acréscimo de 11,4%, chegando-se ao recorde de 555 mil funcionários.

É, praticamente, uma folha paralela à da União. Sob Michel Temer, houve redução de cerca de 10%, para 505 mil, como efeito de algumas privatizações, incentivos e aposentadorias. Porém, num exame mais detalhado, percebe-se que parte significativa do aumento de pessoal ocorreu num grupo especial de 18 estatais federais. Elas dependem de repasses do Tesouro para abrir as portas. O número de empregados nessas empresas cresceu nada menos que 124,4% nos últimos 12 anos e seis meses. Eram 34,6 mil em 2006. Agora são 77,6 mil. O salto (82,7%) aconteceu sob Dilma. Muitas dessas estatais surgiram de iniciativas delirantes como o projeto do trem-bala, logo descarrilado. Permanecem aí, mesmo sem utilidade à sociedade que paga as contas.

No outro grupo, o das empresas federais que não dependem do Tesouro, destaca-se o esforço para resgate da Petrobras e Caixa, degradadas no longo período de loteamento entre guichês partidários. São visíveis as resistências ao saneamento da Casa da Moeda e da Eletrobras, mas isso tende a ser superado no médio prazo pelas inevitáveis privatizações. Nesse contexto, é notável a resiliência de forças políticas e corporativas que lucram com a desgastada bandeira anti-privatista.

No grupo Eletrobras, por exemplo, durante anos, uma miríade de entidades sindicais foi beneficiária dos pagamentos de bônus de participação nos lucros,

mesmo enquanto os prejuízos se acumulavam (já superam R\$ 25 bilhões). A Controladoria-Geral da União cobra a devolução do dinheiro. O problema não é ideológico, mas de racionalidade. É inaceitável para a sociedade sustentar empresas públicas que pagam bônus aos empregados sobre prejuízos acumulados. Privatização, liquidação, extinção, formação de “joint ventures” e abertura de capital deveriam estar no cardápio de opções para acabar com a leniência e reduzir esse acervo de quase 400 estatais da União, estados e municípios.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/11/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Sete Brasil aprova seu plano de recuperação judicial

Empresa criada para construir sondas para exploração do pré-sal precisa de novo investidor para colocar projeto de pé

Com dívidas de R\$ 4,9 bilhões, a Sete Brasil conseguiu aprovar seu plano de recuperação judicial ontem. Em assembleia com credores, ficou decidido que a companhia vai prosseguir com apenas quatro sondas de perfuração para explorar o pré-sal. Originalmente, o projeto previa 21 unidades, que seriam usadas pela Petrobras .

Promessa da retomada do setor naval, a Sete Brasil foi criada em 2010, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto foi alvo da Operação Lava-Jato por causa do pagamento de propinas por parte de representantes dos estaleiros. Com isso, o BNDES suspendeu a liberação do financiamento para a construção dos navios, e o projeto foi paralisado. Em 2016, a empresa entrou em recuperação judicial, conduzida pela Alvarez & Marsal, e seus acionistas iniciaram arbitragens contra a Petrobras , alegando perdas financeiras.

Como parte das negociações, a estatal, ao decidir ficar com apenas quatro unidades, ofereceu contrato de aluguel por dez anos e com taxa diária de US\$ 299 mil por cada navio. Segundo uma fonte, fazem parte do acordo as quatro sondas que estão quase finalizadas, mas com obras paradas há três anos. Há duas no estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, e outras duas no estaleiro Jurong, no Espírito Santo. A avaliação dessas quatro unidades sede US\$ 554 milhões.

— A aprovação do plano cria condições para que se resolvam impasses, como a conclusão das quatro sondas. Por isso, será publicado um edital para interessados que queiram entrar no projeto. Esses interessados vão ter que

concluir as sondas e aderir à proposta de afretamento da Petrobras — disse uma fonte do setor.

A meta é publicar o edital ainda neste ano e analisar as propostas no início de 2019, disse essa fonte. Se o valor das propostas vier acima, a Sete consegue fechar o negócio imediatamente. Se vier abaixo, será preciso remeter a uma nova assembleia entre os credores.

Em nota, a Sete disse que o plano de recuperação judicial é a melhor alternativa para viabilizar o projeto

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: R\$ 126,9 bilhões

Muito se falou do grande lucro da Petrobras, acumulado nos primeiros nove meses do ano, de R\$ 23,7 bilhões. Mas o efeito do valor gerado pela empresa para o setor público é bem maior: R\$ 126,9 bilhões. Ou seja: os impostos para União, estados e municípios somados à participação nos lucros que o governo, BNDES e Caixa têm na companhia são mais de cinco vezes o valor do recém-anunciado ganho da Petrobras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/11/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Recurso do pré-sal pode ir para ampliação de gasoduto

Projeto que reduz em 50% valor para saúde e educação avança no Senado e segue para Câmara

BRASÍLIA- No mesmo dia em que aprovou um aumento de 16% para os salários de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) — com impacto de R\$ 4 bilhões por ano para União e estados —, os senadores cortaram pela metade uma das fontes de recursos que hoje reforçam os Orçamentos da saúde e educação. O projeto ainda precisa passar pela Câmara.

Um projeto aprovado na última quarta-feira destina 50% dos recursos vindos da comercialização do petróleo da camada pré-sal, que iriam integralmente para um fundo social, para outra conta, voltada para a expansão de dutos de

distribuição de gás natural e para o fundo de participação de estados e municípios.

Atualmente, a lei determina que toda a receita obtida com a venda de petróleo pelo próprio governo, seja destinado ao Fundo Social do pré-sal. Esse dinheiro é arrecadado nos contratos de partilha, pelos quais parte do petróleo produzido é entregue ao governo federal. A União comercializa o produto, e o dinheiro é destinado para o Fundo Social.

LINHA BATIZADA DE BRASDUTO

O projeto aprovado muda a destinação dos recursos. Apenas metade da arrecadação com pré-sal seria destinada ao Fundo Social. Outros 30% passariam a compor o fundo de participação dos estados e municípios. Os 20% restantes são destinados ao fundo para construir gasodutos.

A linha de financiamento, que já se chamou "Dutogás", foi rebatizada de "Brasduto", mas com o mesmo objetivo e praticamente a mesma redação de outros projetos que já tramitaram pelo Congresso.

Nesse caso, a autoria da proposta é do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), e o texto foi relatado e alterado por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). No texto, Bezerra defende que a criação do "Brasduto" irá gerar impacto positivos nas empresas distribuidoras de gás natural públicas e privadas, nas companhias responsáveis pela construção das instalações e nas empresas que exploram gás natural.

As mudanças foram incluídas em uma proposta que resolve uma disputa judicial no setor elétrico. O projeto segue para a Câmara, onde não tem data para ser votado. Se aprovado sem alterações, vai direto para sanção presidencial.

Não é a primeira vez que o Congresso tenta tirar dinheiro da saúde e educação para destinar ao financiamento da rede de dutos de gás natural. Em maio, a Câmara aprovou o mesmo fundo, dessa vez embutido em uma medida provisória do setor elétrico. A MP perdeu validade e não foi votada pelo Senado. Agora, o "Brasduto" faz o caminho inverso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/11/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Lacuna na lama

Em 5 de novembro de 2015, a ruptura de uma barragem de rejeitos de mineração da empresa Samarco em Mariana (MG) matou 19 pessoas, produzindo também a maior catástrofe ambiental do país.

Quase 40 milhões de metros cúbicos de lodo verteram da estrutura rompida, sepultando a pequena comunidade de Bento Rodrigues. A massa viscosa atingiu o rio Doce, cobrindo boa parte do seu leito, e 16 dias depois alcançou o litoral do Espírito Santo, danificando ecossistemas no caminho.

Três anos depois, a apuração das responsabilidades pela tragédia mostra resultados pífios.

As ações civis e criminais contra a Samarco e suas proprietárias, Vale e BHP Billiton, têm avançado, aos trancos e barrancos. Já as investigações sobre falhas do poder público na fiscalização e na prevenção do desastre, quando existem, parecem fadadas a nada esclarecer.

A Controladoria-Geral do Estado (CGE) de Minas Gerais abriu dois procedimentos para averiguar a possível omissão de agentes. A primeira trata da revalidação da licença de operações do complexo de barragens da empresa; a segunda examinou problemas no controle do reservatório de rejeitos.

No fim de 2013, quando o sistema teve a sua licença renovada, a obra apontada como gatilho do rompimento estava em curso — e era de conhecimento do governo mineiro, tendo sido visitada por fiscais ao menos três vezes. Mesmo assim, a autorização foi revalidada.

A investigação ainda se acha em fase inicial. Pior, a instituição estadual não dá prazo para a conclusão dos trabalhos.

A outra apuração da CGE apontou que a Fundação Estadual do Meio Ambiente provavelmente tinha conhecimento de pendências da Samarco quanto à segurança de barragens, mas não cobrou providências da empresa.

A sindicância terminou arquivada sob o argumento de que essa fiscalização cabe ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Com efeito, a avaliação da estabilidade de barragens de contenção, como a que se rompeu em Mariana, é da alçada desse órgão do **Ministério de Minas e Energia**.

O Tribunal de Contas da União já apontara a falta de atuação do DNPM como um dos fatores para o acidente. Apesar disso, não há notícia de nenhum procedimento investigatório nessa repartição.

Tudo se passa, pois, como se o desastre decorresse apenas de inépcia privada. Por indiscutível que esta tenha sido, o poder público no mínimo deve

esclarecimentos a respeito da eficácia de seus mecanismos de controle e prevenção.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/11/2018

Seção: Poder

Autor: Rogério Gentile e Artur Rodrigues

Título: Ex-petista atua em comercial contra a corrupção da Petrobras

São Paulo- A Petrobras lançou uma campanha publicitária de veiculação nacional a fim de divulgar as medidas anticorrupção que adotou após a Lava Jato.

Uma das estrelas da campanha é a advogada Regina de Luca, que foi Secretária Nacional de Segurança Pública durante o governo Dilma Rousseff (PT), a despeito do fato de que foi justamente na administração petista que prosperou o esquema investigado pela operação.

A Lava Jato, desencadeada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, mostrou que a estatal esteve no centro de uma estrutura de fraude em licitações e pagamento de propinas que beneficiou empreiteiras, políticos e ex-executivos da Petrobras. Procuradores já estimaram que R\$ 20 bilhões foram desviados da empresa, embora não haja um valor exato.

Na propaganda, Regina diz que "hoje podemos falar da Petrobras porque arrumamos a casa". A advogada, que também foi secretária de Defesa Social de Diadema, na gestão José de Filippi Junior (PT), deixou o partido no final de 2016, meses após o impeachment de Dilma.

Nessa mesma época, já na gestão Michel Temer (MDB), assumiu como gerente executiva de inteligência e segurança corporativa da Petrobras.

Desenvolvida pela agência DPZ&T, a campanha publicitária foi batizada de "Confiança". De acordo com a empresa, tem o objetivo de preencher lacuna identificada em pesquisas de opinião que constataram que a maioria das pessoas desconhece as ações de governança e conformidade realizadas pela Petrobras ao longo dos últimos anos.

Os filmes foram produzidos no primeiro semestre, mas só puderam ser exibidos a partir de 29 de outubro, por conta da lei que proíbe publicidade institucional durante a campanha eleitoral.

A campanha é formada por duas peças destinadas para a televisão aberta e internet e um filme para exibição no cinema.

A primeira mostra como a estatal considera estar passando a limpo sua história recente, a partir de uma série de medidas anticorrupção. O segundo exhibe empregados da empresa de vários setores comentando as diversas ações já adotadas. O terceiro filme diz que a empresa é vítima do esquema descoberto pela Lava Jato.

A Petrobras afirma que, na peça publicitária, a casa a que Regina de Luca se refere é apropriada companhia, não se referindo a qualquer partido político e que ela passou por todas as exigências da empresa, como uma investigação interna em que não foi identificada nenhuma circunstância que a desabonasse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petróleo despenca, mas queda da gasolina não chega aos postos

Com o petróleo negociado na casa dos US\$ 70 pela primeira vez desde abril, o preço da gasolina nas refinarias da Petrobras atingirá, neste sábado (10), o menor valor em quase oito meses.

Nesta sexta (9), a Petrobras anunciou o décimo quarto corte seguido no preço do combustível, que será vendido por suas refinarias por R\$ 1,6734 Por litro. O recuo, porém, ainda se reflete de forma tímida nas bombas.

Em valores corrigidos, a última vez em que a gasolina esteve neste patamar foi no dia 22 de março. Depois, iniciou um ciclo de alta até bater o recorde de R\$ 2,26, também corrigido pela inflação, em 14 de setembro.

Além da queda do petróleo, os cortes no preço da gasolina respondem à retração na taxa de câmbio, que também atingiu patamares históricos em meados de setembro, diante de incertezas com relação ao cenário eleitoral.

No dia 14 de setembro, quando o preço da gasolina bateu recorde, um barril de petróleo do tipo Brent, negociado em Londres, custava R\$ 328, considerando a cotação do dólar na época. Nesta sexta, o petróleo Brent, fechou a R\$ 261, com o dólar atual.

O dólar começou a cair no fim de setembro, e o petróleo, no início de outubro. Desde o dia 19 de setembro, quando foi iniciado o atual ciclo de redução, a gasolina nas refinarias está 25% mais barata.

O recuo levou analistas a projetar alívio na inflação de novembro, após o repique de preços de outubro, quando o IPCA, o índice oficial do governo, atingiu 0,45%, o maior para o mês desde 2015.

“Em que pese o impacto grande dos combustíveis na inflação, já se apresenta um processo de redução nos preços, movimento que se iniciou no último mês e deve continuar”, diz Lucas Nobrega Augusto, economista do Santander. Somado ao custo menor da bandeira tarifária da conta de luz —que caiu de R\$ 5 para R\$ 1 por cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos—, já há quem veja chances até de uma rara deflação no mês.

Nas bombas, porém, o repasse ainda é pequeno. De acordo com a pesquisa da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o litro da gasolina foi, em média, de R\$ 4,658 nesta semana.

O valor é 1,08%, ou R\$ 0,05, menor do que o verificado na semana anterior. Em quatro semanas, a queda acumulada é de apenas 1,41%, ou R\$ 0,06 por litro. Os postos alegam que os repasses não ocorrem na mesma velocidade porque há outros custos no preço final, como impostos e o percentual de etanol.

O preço da Petrobrás, diz a Fecombustíveis (federação que representa os donos de postos), representa apenas um terço do valor de venda nas bombas. NP e AF

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Mourão se diz ‘muito impressionado’ após reunião com cúpula da Petrobras

Vice eleito afirma que recuperação da empresa pode servir de exemplo para o governo Bolsonaro

O vice-presidente eleito, general Hamilton Mourão, disse ter ficado “muito bem impressionado” após reunião com a cúpula da Petrobras na manhã desta sexta (9). Ele elogiou a gestão da estatal, ao afirmar que o processo de recuperação financeira da companhia pode servir de exemplo para o governo Jair Bolsonaro.

Foi o primeiro encontro de representante da equipe de transição com a direção da estatal, que vive a expectativa de mudanças com o novo governo. Mourão diz que ainda não há definição sobre novos nomes para a diretoria e não descartou a permanência de executivos da gestão atual.

“Tem muita gente boa no mercado e dentro da empresa, na própria equipe que está aí.”

Na reunião, que teve a participação do presidente da estatal, Ivan Monteiro, e de seus sete diretores, Mourão ouviu uma apresentação sobre a situação financeira e os planos de investimentos futuros.

“Saí muito bem impressionado”, escreveu o vice-presidente eleito em uma rede social logo após o encontro. Mais tarde, afirmou à Folha ter ficado “satisfeito com o processo de recuperação da empresa, que foi destruída pelos governos anteriores”.

Ao ser questionado se achava que o modelo de gestão atual poderia ser mantido, disse que ele “serve de exemplo para o próprio governo”, que terá de lidar com a crise fiscal.

Na terça (6), a Petrobras anunciou lucro de R\$ 6,6 bilhões no terceiro trimestre, abaixo do esperado pelo mercado para o período, mas 25 vezes maior do que no mesmo trimestre do ano anterior.

O resultado teve o impacto negativo de acordo de R\$ 3,5 bilhões para encerrar investigações sobre corrupção nos Estados Unidos. A companhia anunciou ainda a distribuição de R\$ 1,3 bilhão aos acionistas pelo resultado do trimestre.

O mandato da atual direção da companhia vence em março de 2019, mas há no mercado a expectativa de mudanças já no início do governo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram

Título: Congresso já armou bomba fiscal de R\$ 259 bilhões para Bolsonaro

Dez projetos com renúncias e gastos avançam no Congresso; parlamentares negam estratégia

No último ano do atual mandato, deputados e senadores armaram para o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), uma bomba fiscal de ao menos R\$ 259 bilhões, mostra levantamento da Folha.

O valor refere-se ao impacto nas contas públicas, nos próximos quatro anos, causado por dez projetos aprovados ou que avançaram no Congresso em 2018.

Apesar de o Orçamento estar sob regência de um teto que barra a expansão de gastos, os parlamentares aceleraram propostas que vão na direção contrária, seja com matérias de autoria do Legislativo, pressão por concessões em projetos editados pelo governo ou derrubada de vetos presidenciais.

As eleições deste ano, que vão deixar a maior parte dos atuais parlamentares sem vaga no Congresso a partir do ano que vem, não impediram a aprovação da chamada bomba fiscal. O resultado das urnas vai promover uma renovação de 51% da Câmara e de 85% das vagas disputadas no Senado.

Nesta semana, os senadores aprovaram aumento de 16% nos salários dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). O reajuste provoca um efeito em cascata que leva a aumentos salariais em todas as esferas do serviço público.

O impacto anual da medida chegou a ser estimado em R\$ 4 bilhões, mas novo cálculo da consultoria de Orçamento do Senado diz que o custo será de R\$ 5,3 bilhões ao ano.

Aplicada aos quatro anos de mandato de Bolsonaro, essa conta somará R\$ 21,2 bilhões. Utilizando a mesma lógica aos outros projetos analisados que geram impactos anuais diversos, essa fatura chega a R\$ 259 bilhões.

Também nesta semana, os parlamentares aprovaram a medida provisória do Rota 2030, que estabelece incentivos fiscais a montadoras de veículos. O projeto contraria as ideias da equipe de Bolsonaro, que critica a concessão de benefícios setoriais.

O custo anual será de R\$ 2,1 bilhões, mas o texto foi alterado para incluir penduricalhos que vão elevar o impacto.

Benefícios do Reintegra, regime que dá crédito tributário a exportadores, foram ampliados e novos setores foram desonerados. Não há estimativa de custo dessas alterações.

Também foi incluída a prorrogação do regime que concede benefícios a montadoras instaladas no Nordeste. O programa tem custo anual de R\$ 4,6 bilhões e terminaria em 2020. Agora, irá até 2025.

Após a aprovação, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), negou que o Congresso esteja produzindo bombas para estourar no governo Bolsonaro.

“Para evitar manchetes de j ornai de que estamos produzindo pautas-bombas, quero evitar esse discurso fácil de pauta-bomba. Ao mesmo tempo que se

prorroga o prazo [dos benefícios], faz uma redução dos incentivos hoje existentes em 40%", disse na quinta-feira (8).

Entre as medidas aprovadas pelos parlamentares neste ano, está o refinanciamento de dívidas para pequenos produtores rurais. Na tramitação, houve ampliação dos benefícios e do número de agricultores aptos a aderir ao programa, elevando o custo ao Orçamento de R\$ 1,6 bilhão para R\$ 5,3 bilhões. O texto foi parcialmente vetado e será novamente analisado pelo Legislativo.

O Congresso também entrou em Confronto com o governo depois que Temer editou um decreto que reduziu a alíquota de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de concentrado de refrigerantes de 20% para 4%. Quanto menor a alíquota, menos créditos fiscais são gerados pelo setor.

Primeiro, o Senado aprovou uma medida para derrubar o decreto. O texto aguarda análise da Câmara. Depois, com pressão do setor e de parlamentares, o governo editou novo decreto restabelecendo parte do benefício. O recuo vai custar cerca de R\$ 700 milhões aos cofres públicos em 2019.

A lista da pautas-bomba tem a liberação da venda direta de etanol das usinas aos postos de combustível (custo R\$ 2,4 bilhões ao ano), benefícios para transportadoras (R\$ 9 bilhões ao ano) e a derrubada de vetos para autorizar o refinanciamento de dívidas de pequenas empresas (R\$ 7,8 bilhões em dez anos) e reajuste salarial a agentes comunitários de saúde (R\$ 4,8 bilhões).

O governo ainda tenta adiar reajustes de servidores de 2019 para 2020, o que poderia gerar uma economia de R\$ 4,7 bilhões. Apresentada em setembro, a medida que trata do tema nem sequer teve comissão instalada pelo Congresso. O texto precisa ser aprovado até 10 de fevereiro de 2019, ou perderá a validade.

Parlamentares pressionam também pela compensação da União aos estados pela desoneração de ICMS na exportação. Projeto sobre o tema, com custo anual de R\$ 39 bilhões, foi aprovado em comissão mista e precisa ser votado nos plenários da Câmara e do Senado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/11/2018

Seção: Opinião

Autor: José Márcio Camargo

Título: Entre expectativas e realidade

Com taxas de inflação historicamente baixas e taxas de juros nos níveis mais baixos da história recente, o ano de 2018 começou com otimismo em relação ao desempenho da economia brasileira. No boletim Focus, do Banco Central, a estimativa média dos analistas era de crescimento de 3,0% em 2018. Passados dez meses, está claro que essas estimativas estavam excessivamente otimistas. A economia brasileira deverá crescer entre 1,0% e 1,5% em 2018. Por que o erro? Muitas vezes, as expectativas não consideram fatores inesperados e de difícil previsão. E estes fatores foram extremamente importantes em 2018. Nos últimos 12 meses, o País sofreu um conjunto de choques exógenos de grande intensidade.

A taxa de câmbio desvalorizou 29%, o preço da energia elétrica aumentou 20,5%, o preço do óleo diesel e o da gasolina subiram, respectivamente, 12,5% e 20%, os preços do petróleo no mercado internacional dispararam 30% e uma greve dos caminhoneiros paralisou o Brasil durante 15 dias. No cenário internacional, o banco central norte-americano (Fed) começou a aumentar as taxas de juros e os Estados Unidos e a China iniciaram uma guerra comercial que já começa a gerar inflação nos Estados Unidos e desaceleração na China. Como resultado disso tudo, a taxa de inflação dos preços administrados atingiu 10,38%.

Entretanto, a inflação dos preços livres se manteve sob controle (2,58%) e a inflação de serviços permaneceu em queda, estando hoje abaixo de 3,0% ao ano. Ou seja, os choques não tiveram qualquer efeito sobre os preços dos produtos não diretamente a eles relacionados. O fato de, neste ambiente desafiador, a economia brasileira ter mantido a trajetória de crescimento com redução do desemprego e a taxa de inflação sob controle, sem o Banco Central aumentar a taxa de juros, indica uma economia muito mais forte do que no passado. Os elevados níveis de ociosidade e de desemprego ajudam no controle da inflação.

Mas isso não é tudo. Várias reformas foram implementadas e foram fundamentais para atingir esses objetivos. Entre elas, posso destacar:

- a dívida pública hoje é denominada em reais, e não em dólares, o que evita que uma desvalorização cambial se transforme em choque fiscal;
- a Emenda Constitucional n.º 95 criou o teto para o crescimento do gasto público e diminuiu a incerteza quanto ao comportamento da dívida pública;
- a substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela Taxa de Longo Prazo (TLP) inverteu a relação entre a taxa de juros real dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a taxa de inflação,

que era negativa para positiva, e transformou o BNDES de inimigo em parceiro do Banco Central no combate à inflação;

- a liberalização da terceirização está reduzindo os custos de produção e a reforma trabalhista está diminuindo o número e o valor das demandas trabalhistas e o custo do trabalho, além de ter criado opções de ajustes tais como o banco de horas individual, o contrato intermitente, a demissão negociada, em suma, um conjunto de possibilidades que, ao gerar incerteza quanto à forma como as empresas vão reagir aos choques – se aumentando preços, reduzindo custos ou racionalizando a produção –, reduziram o poder de repasse dos aumentos de custos para os preços. Se levarmos em consideração a intensidade dos choques, o desempenho da economia brasileira foi surpreendentemente bom. As reformas implementadas nos últimos dois anos tiveram efeitos bastante positivos. Se o novo governo persistir na trajetória de reformas (em especial, mas não apenas, a reforma da Previdência) e o cenário externo se acalmar (essa é a incógnita), pode-se esperar um ambiente bastante favorável em 2019, com inflação e juros ainda mais baixos do que os atuais. 2019 promete!

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC/RIO, É ECONOMISTA DA GENIAL INVESTIMENTOS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Flavia Alemi

Título: Broadcast de olho nas ações

Setores financeiro e de commodities são destaques do 3º trimestre

A temporada de balanços corporativos do terceiro trimestre se encaminha para o fim com destaques positivos no setor financeiro e nas empresas ligadas a commodities, e negativos nas distribuidoras de combustíveis. Removido o fator eleições, o enfoque dos investidores nas próximas semanas deverá se voltar para análises sobre os setores em si e como as movimentações do novo governo podem impactar o cenário macroeconômico. Em compasso de espera, a maioria das instituições deixou suas carteiras de investimento inalteradas na semana. Segundo o analista Mario Roberto Mariante, da Planner, algumas companhias foram beneficiadas por uma redução de despesas com a taxa de juros mais baixa neste ano. “Por outro lado, empresas aplicadoras líquidas de recursos tiveram menor ganho financeiro, com impacto na última linha”, reforçou.

Mariante também ressaltou que o período foi benéfico para a renegociação de dívidas. Presente em apenas uma carteira, o Bradesco foi citado por analistas como uma das companhias que apresentaram números melhores do que as expectativas, sugerindo, segundo Ricardo Peretti, da Santander Corretora, a continuidade de um bom momento operacional no futuro. Para Vitor Suzaki, da Lerosa Investimentos, a retomada do crédito foi ponto de destaque para o balanço do Bradesco e também do Santander. Segundo Mariante, o terceiro trimestre já foi melhor para alguns setores em relação ao período imediatamente anterior, indicando que há um otimismo moderado com aos próximos trimestres. Já os preços da celulose, do minério de ferro e do petróleo deram apoio às empresas ligadas a essas commodities, bem como a trajetória ascendente do dólar, que hidratou a receita das companhias.

De acordo com o analista da Terra Investimentos, Régis Chinchila, a Klabin, presente na carteira da corretora, tem apresentado desempenho acima do setor de celulose como um todo, provocado pela diversidade do portfólio. Chinchila ressalta, porém, que o momento para essa indústria é de cautela, devido ao comportamento cíclico dos preços e flutuação do câmbio. Outra empresa que apresentou bons números foi a Rumo, cujo balanço foi publicado quinta-feira, dia 8, à noite. O analista Alexandre Faturi, da Nova Futura, destacou o crescimento robusto do volume de transporte na Operação Norte e a forte redução na alavancagem da companhia.

A ação ordinária da Rumo entrou na carteira da Guide Investimentos nesta semana, no lugar da Sabesp. Na lista dos resultados considerados fracos no período de julho a setembro, Suzaki menciona o impacto que a greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio deste ano, teve sobre as distribuidoras de combustível, além da política de preços da Petrobrás, que resultou “em despesas adicionais para Ultrapar, Cosan e BR Distribuidora e impactando tanto em volumes menores, quanto de margens reduzidas”. Para a semana que vem, a Nova Futura foi a única corretora que modificou toda a sua carteira. Embraer ON, Itaú Unibanco PN, Qualicorp ON, Smiles ON e Vale ON foram substituídas por B3 ON, Cteep PN, WEG ON, Telefônica PN e Comgás PNA. Além de ter trocado Sabesp ON por Rumo ON, a Guide removeu IRB Brasil Re ON e incluiu Marcopolo PN.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Porta de entrada

Direto da fonte

Almoço ontem promovido por Mario Garnero em torno de seis grandes investidores estrangeiros – todos eles listados pela Forbes 500 – já parece ser um reflexo do novo ânimo pós eleições presidenciais. Entre os presentes que descobriram o que é uma feijoada, estavam o californiano do ramo imobiliário Geoffrey Palmer e o **nigeriano Kola Aluko, controlador de 70% do sistema de energia em seu país.**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/11/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Petrobras quer cortar PLR de quem ‘falhar’

A Petrobras começou a negociar com os empregados um novo modelo de participação no lucro e resultados. Entre as mudanças, a empresa prevê a adoção de uma regra que pune funcionários por falhas em suas atividades com cortes na PLR e já causa controvérsia entre os empregados e a direção da companhia. Internamente, a cláusula está sendo chamada de ‘sistema de consequências’. Quem receber uma advertência ou suspensão do seu gerente direto poderá ter a remuneração reduzida ou até mesmo cortada. A interpretação dos representantes sindicais é que, com essa medida, o corpo de gerentes da empresa ganha poder excessivo sobre seus subordinados. A companhia quer concluir as discussões destes pontos trabalhistas neste mês. Argumenta que se comprometeu a apresentar com urgência à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) as regras que valerão a partir de abril do ano que vem.

Mas a Federação Única dos Petroleiros (FUP), que representa grande parte dos funcionários, diz que a companhia propõe mudanças importantes nas regras de pagamento da PLR, definidas em 2014, e que não está disposta a correr com o debate. “A FUP questionou as intenções da empresa e afirmou que esse debate não pode ser feito de forma açodada, destacando que o pagamento da PLR é garantido por lei e que as resoluções e orientações da Sest não podem se sobrepor à legislação”, afirma a representação dos funcionários da empresa em comunicado. A Petrobras confirmou ter iniciado as negociações e disse ainda, em nota, que “apresentou novos indicadores que seguem orientações da Sest”, “alinhados ao seu planejamento estratégico”. Informou ainda que a negociação continuará em reuniões a serem agendadas. Lucro ou prejuízo. Outra mudança que gera resistência entre os empregados é o fim da antecipação do pagamento da participação no lucro.

Desde o acordo de 2014, uma parcela do benefício entra na conta dos funcionários em janeiro, ainda que o resultado financeiro - com dados de lucro

ou prejuízo - só saia em março. O restante é pago em maio, um mês após a PLR ser aprovada pelos acionistas em assembleia. Neste ano, a expectativa é que o pagamento saia ainda antes, neste mês, uma proposta que partiu da diretoria. A Petrobras quer também acabar com a possibilidade de os funcionários serem remunerados em anos de prejuízo. Atualmente, quando o resultado é negativo, mas as métricas de produção de petróleo, gás e combustíveis são alcançadas, a PLR é paga. A lógica dos sindicalistas é que, o pessoal de chão de fábrica não pode ser penalizado por erros de gestão. Esse ponto do acordo coletivo vigente, no entanto, não agrada à diretoria.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/11/2018

Seção: Economia

Autor: Luci Ribeiro Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Título: Desrespeito a frete terá multa de até R\$ 10,5 mil

Resolução da ANTT vem após motoristas reclamarem das empresas de transportes

Pressionada pelos caminhoneiros, que se queixam do descumprimento pelas empresas dos preços mínimos do frete rodoviário, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou ontem resolução que fixa as multas para empresas, transportadoras e autônomos que atuem fora da tabela. As penalidades variam de R\$ 550 até R\$ 10,5 mil. A medida agradou as lideranças do movimento, mas foi criticada pelo setor produtivo. A resolução prevê aplicação de multas em quatro casos distintos. Quem contratar serviço por valor abaixo do piso mínimo pagará multa equivalente a duas vezes a diferença entre o valor pago e o piso devido com base na tabela, limitada ao mínimo de R\$ 550 e ao máximo de R\$ 10,5 mil. Para o transportador que realizar o serviço em valor inferior ao piso mínimo, a multa será de R\$ 550. Já os responsáveis por anúncios de ofertas para contratação do transporte rodoviário de carga em valor inferior ao piso mínimo estarão sujeitos à multa de valor de R\$ 4.975.

Por último, os contratantes, transportadores, responsáveis por anúncios ou outros agentes do mercado que impedirem, obstruírem ou, de qualquer forma, dificultarem o acesso às informações e aos documentos solicitados pela fiscalização para verificação da regularidade do pagamento do valor de frete poderão sofrer multa de R\$ 5 mil. “Foi mais amena do que propusemos, mas gostei”, disse o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (RS), Carlos Alberto Litti Dahmer. “Ficou bom. Agora, só fiscalização”, comentou o presidente da Cooperativa dos Transportadores Autônomos Brasil, Wallace Landim, o “Chorão”. Em reação, o movimento Frete sem Tabela, formado por oito entidades do setor produtivo que representam

21% do Produto Interno Bruto (PIB) e 40% das exportações, emitiu nota na qual afirma que a resolução foi recebida com “preocupação e surpresa”. Elas dizem que as multas são estabelecidas “sem metodologia clara” e sobre uma tabela “inaplicável”.

Integrante do movimento, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) também emitiu nota, com teor semelhante. Ressalta que a resolução aumenta a insegurança jurídica sobre o setor produtivo. A CNI e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) questionam, no Supremo Tribunal Federal, a constitucionalidade da fixação de pisos mínimos para o serviço de frete. Os preços mínimos atualmente em vigor foram calculados às pressas, para encerrar a greve de maio. Os próprios caminhoneiros reconhecem que há erros nela. A ANTT trabalha num novo conjunto de tabelas, mas elas ainda não estão prontas. A agência vem realizando operações de fiscalização desde setembro, para atender à pressão dos caminhoneiros. Uma fiscalização mais efetiva será realizada por meio eletrônico. Mas o sistema só deverá ficar pronto no ano que vem.

Sem pessoal para fiscalizar as estradas, a ANTT tinha um convênio com a Polícia Rodoviária Federal, que encerrou-se por decurso de prazo. Está em fase de renovação. Subsídio. O risco de uma nova greve dos caminhoneiros é uma questão que vai demandar a atenção do presidente eleito, Jair Bolsonaro, antes mesmo de sua posse. No dia 31 de dezembro, acaba a política de subsídio ao diesel, que garante um desconto de R\$ 0,30 por litro. Chorão disse ter apresentado ao vice de Bolsonaro, o general Hamilton Mourão, uma proposta para que o programa seja estendido por seis meses.

Ele teria ficado de levar o pedido ao presidente eleito. Se a decisão for pela prorrogação, é preciso incluir a previsão de gastos no Orçamento de 2019, em análise no Congresso. Para Chorão, a falta de recursos não é um argumento válido. “Tem dinheiro para dar aumento para o pessoal aí”, observou. O fim do subsídio dificilmente será motivo para uma nova paralisação. Isso porque a legislação que criou os pisos mínimos do frete garante o repasse imediato de reajustes no preço do diesel superiores a 10%.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 10/11/2018

Seção: Economia

Autor: Mrília Sena

Título: Postos não repassam queda da gasolina

A gasolina teve baixa significativa neste mês, mas só nas refinarias da Petrobras. A estatal, que anunciou mais uma redução no valor do produto, a partir de hoje, promoveu um corte de 15,72% no preço do combustível desde 29 de outubro. A diminuição, porém, não tem sido verificada na mesma proporção nos postos de revenda. Em Brasília, por exemplo, nos trinta postos visitados regularmente pelo Correio, a redução média foi de apenas R\$ 5,43% no período.

O litro do produto custava entre R\$ 4,69 e R\$ 4,39, ontem, em postos da Asa Sul, da Asa Norte e da Estrada Parque Taguatinga (EPTG) — local em que costuma ser mais barato. Para o consumidor, a diminuição não tem sido suficiente para aliviar o orçamento. Maiki Naves, morador de Águas Claras, usa frequentemente o carro para trabalhar, mas mesmo com as reduções nos preços da gasolina, ainda precisa traçar estratégias para abastecer. “Com a mudança constante nos valores, eu gasto R\$20 ou R\$30 durante alguns dias na semana pra não pagar muito caro ou perder promoções”, contou.

Os gerentes de postos alegam que as reduções promovidas pela Petrobras não chegam inteiramente até eles. “Conseguimos reduzir o valor do produto três vezes durante 10 dias, e gostaríamos de manter isso, pois o movimento aumentou”, afirmou o administrador de um estabelecimento na EPTG. Em outro, a gerente disse que só pôde fazer a redução do preço na última semana, pois o valor mais barato demorou a ser repassado.

Custos

Segundo Pedro Tavares, presidente do Sindicombustíveis DF, vários fatores impedem o repasse total da queda aos consumidores, entre eles, o aumento expressivo do valor do álcool anidro, que é misturado à gasolina. O biocombustível, que custava R\$ 1,69 em 31 de outubro, ontem tinha cotação de R\$ 1,94, de acordo com sites de cotações agrícolas.

De acordo com Tavares, outro problema é Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A cobrança sobre a gasolina subiu R\$ 0,20 há um mês, no Distrito Federal. “O preço do combustível está diminuindo porque há concorrência entre os estabelecimentos. A queda não beneficiou os donos dos postos”, alegou.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), a atualização dos preços da gasolina demora a chegar aos consumidores porque os postos têm estoque, ou seja, enquanto não compram das distribuidoras o combustível por um preço menor, não baixam o valor de revenda. Outro motivo é a falta de confiança no governo “O mercado não acredita que o governo não vai mexer mais no preço, ou seja, tabelar o combustível como fez antes. Há uma desconfiança”, explicou. Além disso, segundo Pires, algumas distribuidoras não

repassam os reajustes aos postos, isto é, vendem pelo preço antigo para aumentar a margem de lucro.

De acordo com o diretor do Cbie, a tendência é de que o preço da gasolina continue caindo, pois, com a eleição do candidato do PSL, Jair Bolsonaro para a Presidência da República, o preço do dólar deve continuar estável. Outra explicação é a queda da cotação do barril do petróleo no exterior, que estava em US\$ 80 na semana passada e ontem fechou em US\$ 69,15, de acordo com o site investing.com. “Eu não vejo nenhum risco para essa realidade mudar, só se acontecer algo no mercado externo”, afirmou.

**** Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo***

MME / ASCOM .